

EXM.º SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO ESTADO DA PARAIBA

RAFAELA ZACARIAS FABRICIO, brasileira, menor, CPF n.º 129.396.364-00, representada por sua genitora, ANTONIA ZACARIAS FABRICIO, brasileira, casada, agricultora, RG n.º 918315 2.ª via - SSP/PB, CPF n.º 759.321.054-53, residentes e domiciliadas na Rua Severino Pinheiro, n.º 339, Centro, Juazeirinho/PB, vem à presença de V. Ex.ª, através de seu advogado ao final assinado, conforme instrumento de mandato anexo (doc. 01), para propor a presente,

AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA

Contra a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por intermédio de seu representante legal na Rua Senador Dantas, n. 74, 15º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031205, Tel: (021) 3861-4600 - FAX: 2240-9073, pelas razões de fato e de direito que adiante passa a expor, provar e ao final requerer.

DA JUSTIÇA GRATUITA

Conforme declaração em anexo, a requerente, por sua representante legal, afirma ser pobre na forma da lei, não tendo, portanto, condições de arcar com as despesas do processo tipo custas processuais, e honorários advocatícios, pois tais despesas oneram o orçamento previsto para atender as necessidades básicas como o sustento pessoal da requerente e de sua família.

Diante de tais condições e com fundamento no art. 5º, inciso LXXIV, da Magna Carta, Lei 1.060/50, e Súmula 29 do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, e na jurisprudência pátria, requer os **BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA**



esperando o competente deferimento, para, só assim, poder receber a devida prestação jurisdicional.

DOS FATOS

A promovente no dia 13 de junho de 2016, por volta das 18:00 horas, próximo a sua residência, quando atravessava a rodovia BR 230, fora abalroado por um Caminhão Baú, o qual não fora identificado, bem como não houve prestação de socorro pelo motorista, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhada para o Hospital de Trauma de Campina Grande/PB (Boletim de Ocorrência Policial em anexo). Face ao acidente sofrera trauma na região frontal da cabeça, tendo sido submetido às intervenções cirúrgicas. As lesões causaram danos irreversíveis e debilidade permanente (atestados e prontuário médico em anexo), estando enferma com sequelas do acidente.

Que a promovente, munido dos documentos necessários para recebimento do prêmio DPVAT, requereu à promovida o recebimento do mesmo, gerando o sinistro número 3160505365 ASL-1010413/16 (docs. Em anexo), no entanto a promovida vem procrastinando o pagamento, cujo prazo excede o previsto em lei, não efetuando o mesmo até a presente data, conforme se depreende das cartas em anexo.

DO FUNDAMENTO

A lei n.º 6.194/74, que disciplina e rege o seguro DPVAT, determina o pagamento da indenização á vítima de acidente de trânsito, conforme preceitua os arts 3.º inciso II, *in verbis*:

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*
(grifo nosso)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.



A demandada e demais companhias que operam com o DPVAT, baseiam-se em circulares administrativas impostas pela SUSEP, órgão máximo que dita as metas a serem cumpridas no contexto secundário nacional, num total desrespeito as leis.

A mesma norma determina em seu art. 5.º, in verbis,

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

DAS PROVAS

Constata-se junto a presente, Boletim de Ocorrência Policial, atestados médicos, ficha ambulatorial, entre outros, assim devendo o promovente receber os valores referentes a debilidade permanente no limite de até R\$ 13.500,00, após confirmação do grau de debilidade determinada pela prova pericial.

DA JURISPRUDÊNCIA

Reza nossa jurisprudência, a cerca do pagamento do seguro DPVAT em caso de debilidade,

TJPB - APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. REEMBOLSO DAS DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. REJEIÇÃO. MÉRITO. EXISTÊNCIA DE DANOS PESSOAIS. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 5º, § 1º ALÍNEA B, DA LEI Nº 6.194/1974. PROVA DAS DESPESAS EFETUADAS. REGISTRO DA OCORRÊNCIA EM ÓRGÃO POLICIAL. CUMPRIMENTO. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LASTRO PROBATÓRIO. DESCABIMENTO. NÃO OCORRÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO, EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO AUTORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO EVENTO DANOSO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 43, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. JUROS DE MORA. CITAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 426, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Em se tratando de



acidente automobilístico, para o reembolso das despesas médicas e hospitalares, não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, como condição para o beneficiário ingressar em juízo, ligando-se o interesse de agir à necessidade de satisfação de uma pretensão da parte que, se não propuser a demanda, pode vir a sofrer um prejuízo. - Para que haja o regular reembolso das despesas médicas e hospitalares efetuadas pelo acidentado, necessário a demonstração dos requisitos elencados pelo art. 5º, § 1º, alínea "b", da Lei nº 6.194/1974, consistentes na prova inequívoca do dispêndio e no registro do acidente em órgão policial. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00014454420118150141, 4ª Câmara cível, Relator Des. Frederico Martinho da Nódrega Coutinho, j. em 23-10-2012)

TJRN - EMENTA: DIREITO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE COBRANÇA C/C REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. PRELIMINAR DE CARÊNCIA DA AÇÃO ANTE A FALTA DE INTERESSE DE AGIR SUSCITADA PELA APELANTE. TRANSFERÊNCIA PARA ANÁLISE MERITÓRIA. MÉRITO: SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEBILIDADE DE MEMBRO INFERIOR DIREITO. INVALIDEZ PERMANENTE. O ESGOTAMENTO DA PRETENSÃO NA VIA ADMINISTRATIVA NÃO É REQUISITO AO INGRESSO EM JUÍZO. INTERESSE DE AGIR PATENTE. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. PARÂMETRO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE REVOGAÇÃO DO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO ESTABELECIDO NA LEI 6.194/74. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA JUDICIAL. FATO CONFIRMADO POR LAUDO DE EXAME MÉDICO COMPLEMENTAR EMITIDO PELO ITEP. JUROS MORATÓRIOS DE 1% AO MÊS A PARTIR DA CITAÇÃO. PRECEDENTES. CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJRN - *Apelação Cível nº2009.005843-1*; Relator: Desembargador Saraiva Sobrinho; Origem: Vara Única da Comarca de São José de Mipibu)

TJPB - APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINAR. CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. MÉRITO. DESPESAS COM MEDICAMENTOS. NEXO COM O ACIDENTE DEMONSTRADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. SEGUIMENTO NEGADO. APLICAÇÃO DO ART. 557, DO CPC. - A exigência para que o beneficiário do seguro DPVAT requeira previamente, por via administrativa, a indenização correspondente ao sinistro, afronta o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. - O artigo 3º, III, da Lei 6.194/74, vigente à época do acidente, estabelece, a título de reembolso à vítima em casos de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas, uma indenização máxima de R\$ 2.700,00. In casu, restou comprovado que, em razão de acidente de trânsito ocorrido em 06/08/2014, o autor apelado, tivera gastos com tratamento médico, cujo valor soma R\$ 2.057,89, justificando-se, assim, a condenação determinada na sentença guerreada, mormente porquanto demonstrado o nexo causal entre o acidente, os danos e as despesas com medicamentos. - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação e o termo inicial da correção monetária em casos como o presente é a data do sinistro, ocasião na qual



o beneficiário adquire direito à indenização. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 01115717020128152003, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA, j. em 19-03-2015)

DO PEDIDO

Isto posto requer a V. Ex.^a:

I - a citação, por via postal, da promovida, na pessoa de seu representante, no endereço supra mencionado, para, se assim desejar, vir contestar a presente, sob as penas da revelia e de confissão quanto à matéria de fato;

II – a procedência do pedido com a condenação da promovida no pagamento dos valores referentes a debilidade permanente, no valor de até R\$ 13.500,00, corrigidos monetariamente e com juros desde a data do sinistro, em conformidade com a súmula 57 do STJ;

III - a condenação em honorários advocatícios nos termos do art. 85 do novo CPC;

IV - Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direitos admitidos e especialmente a documental e a pericial, desde já requerida, apresentando rol no final;

V – seja concedida a justiça gratuita, nos termos da lei n. 1.060/50.

Dá a causa o valor de R\$ 13.500,00, para efeitos fiscais.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Juazeirinho/PB, 06 de Abril de 2017.

